

# Brasil segue líder em encargos trabalhistas

■ ANDRÉ F. Z. DE AZEVEDO\*

Não é de hoje que os empresários brasileiros têm-se queixado dos altos impostos que precisam despendar sobre os salários pagos a seus funcionários. Frequentemente, os encargos trabalhistas acabam se destacando entre os itens que compõem o tão famigerado custo Brasil, diminuindo a competitividade de nossas empresas. Ainda assim, envergonha o fato de o Brasil ser apontado como o líder em encargos trabalhistas, num seleto conjunto de 25 países, incluindo os que compõem o G7 (os sete mais industrializados) e o Bric (principais economias emergentes).

O levantamento, realizado recentemente pela rede mundial de auditoria e contabilidade UHY, com sede em Londres, coloca o Brasil na dianteira ao pagar, em média, 57,5% do valor bruto dos salários em tributos, enquanto a média global é de apenas 22,5%. Os encargos chegam a esse percentual quando se consideram salários de 30 mil dólares ao ano. Assim, no Brasil, as empresas devem arcar com um custo extra anual de 17,3 mil dólares, por salário, na forma de impostos, enquanto na amostra, o pagamento é de apenas 1,1 mil dólares, ou irrisórios 3,7% (ver tabela). Além do Brasil, os países europeus são os que mais cobram encargos sobre os salários dos trabalhadores, com Itália e França surgindo na segunda e terceira posições, respectivamente. Em ambos os casos, o montante ultrapassa os 40% da folha salarial.

Na média, os países do Bric apresentam um custo extra de 28,3% sobre os salários pagos, praticamente a metade do registrado no Brasil. No conjunto, esses países acabam superando a média global em impostos pagos justamente pelo comportamento do Brasil, que acaba puxando a cifra para cima. Na sua pesquisa, a UHY também elaborou outros rankings para salários anuais de 75 mil dólares e 300 mil dólares. Em qualquer um dos demais rankings, novamente, o Brasil desponta com os encargos mais elevados.

A pesquisa da UHY mostra algo que há muito tempo vem sendo apontado pelos especialistas brasileiros em relações de trabalho. O economista José Pastore, professor da Universidade de São Paulo (USP), por exemplo, chegou a calcular que os encargos trabalhistas, em determinadas circunstâncias, alcançariam 103% dos salários, mais do que dobrando o custo para quem contrata.

A elevada carga tributária, que incide sobre a folha salarial brasileira, é fruto de uma legislação trabalhista antiga e que precisa ser reformulada. Baseada na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943, ela foi instituída quando o Brasil era um país eminentemente agrícola e o mundo vivia o período de maior protecionismo do século XX. Apesar das pequenas modificações introduzidas ao longo do tempo, com as mudanças experimentadas pelo Brasil e pelo mundo, nos últimos 70 anos, a legislação trabalhista brasileira se tornou obsoleta e ineficiente. Mas quais os prejuízos que esses custos adicionais aos salários trazem ao país?



## Onde os salários são mais onerosos (peso dos impostos na folha de pagamento)

Posição	País	% sobre salário	Custo adicional (em US\$ mil)*
1	Brasil	57,6	17,3
2	Itália	51,8	15,5
3	França	42,8	12,8
4	Eslováquia	35,2	10,6
5	República Tcheca	34,0	10,2
8	China	30,9	9,3
10	Japão	25,8	7,7
11	Alemanha	22,8	7,3
12	México	22,6	6,8
13	Rússia	21,1	6,3
21	Estados Unidos	8,8	2,7
22	Reino Unido	8,3	2,5
25	Índia	3,7	1,1
<b>Média dos BRIC</b>		<b>28,3</b>	<b>8,5</b>
<b>Média Total</b>		<b>22,5</b>	<b>6,8</b>

Fonte: UHY. \* SOBRE UM SALÁRIO DE US\$ 30 MIL ANO.

## Altos impostos induzem à informalidade

Os elevados encargos trabalhistas no Brasil representam um forte desestímulo à contratação de empregados pelas vias legais, incentivando a proliferação do trabalho informal. Uma boa notícia é que, nos últimos anos, houve um acentuado aumento dos empregos formais no país. A parcela de brasileiros com contrato de trabalho formal aumentou de 45,3%, em 2001, para 56%, em 2011, quando os trabalhadores informais deixaram de ser maioria no país, segundo o IBGE (ver gráfico).

Apesar do avanço, o percentual dos trabalhadores informais no Brasil ainda é muito alto, acima da maioria dos países emergentes. A estimativa é que o Brasil ainda possua 44,2 milhões de trabalhadores na informalidade. O recente aumento nos empregos formais foi provocado, em grande parte, pelo crescimento econômico registrado na década passada, que acabou fomentando novas vagas de trabalho. Isso ocorreu apesar da legislação trabalhista. Assim, ao lado do crescimento, caso também tivesse ocorrido uma reforma trabalhista que le-

vasse a legislação brasileira a convergir para os padrões internacionais, muitos empresários iriam reavaliar os riscos de manter seus empregados na ilegalidade.

Uma das consequências dos excessivos encargos sobre a folha de salários tende a ser a redução do impacto do crescimento econômico na geração de novos empregos. Estudos apontam que nos Estados Unidos, por exemplo, para cada 1% de crescimento da economia há a expansão de 0,5% do nível de emprego. Na Itália, país caracterizado por uma das mais draconianas legislações trabalhistas, e onde demitir sem justa causa é muito difícil, o mesmo aumento de 1% do PIB gera apenas 0,06% de elevação do emprego. Como sempre acontece nesses casos, fechando-se a saída, também se dificulta a entrada.

No Brasil, o elevado grau de informalidade no mercado de trabalho também acaba reduzindo o potencial de arrecadação da Previdência Social, contribuindo para aumentar o seu déficit. Vale lembrar que a Previdência Social gera o maior desequilí-

brio orçamentário do governo federal e a solução para o problema do déficit público brasileiro passa, necessariamente, por uma reformulação do sistema previdenciário.

Como comentado acima, os encargos também têm um impacto negativo sobre a competitividade dos produtos brasileiros, na medida em que o custo para a contratação de trabalhadores no setor formal (o mais exposto à competição internacional) é mais alto. Embora o salário do trabalhador brasileiro seja baixo, relativamente aos países desenvolvidos – o que reflete, em grande parte, o diferencial de produtividade –, os encargos reduzem essa vantagem de custos do país.

Um bom exemplo dessa perda de competitividade, especialmente da indústria brasileira, reflete-se no comportamento das importações. Entre 2003 e 2012, elas cresceram, em média, 18,5% ao ano, muito acima do PIB e das próprias exportações, que aumentaram 14,2% ao ano. É claro que a valorização do câmbio, o crescimento da economia, a precariedade da infraestrutura e a elevada carga tributária têm peso importante na perda de competitividade das empresas brasileiras e na própria explicação da evolução das importações. Ainda assim, os encargos trabalhistas seriam mais um fator a contribuir para o aumento do chamado custo Brasil, que atrapalha a retomada do dinamismo de nossa economia.

Portanto, reduzir os encargos sociais, aproximando o valor pago diretamente ao trabalhador do custo efetivo desembolsado pelo empregador, traria muitos benefícios. Os efeitos positivos seriam sentidos no emprego (devido à criação de novas vagas no setor formal e a legalização dos informais), nas contas públicas (melhora nas contas da Previdência) e nas contas externas (aumento da competitividade dos produtos brasileiros).

\* Consultor da editoria de Economia do Correio do Povo e professor do mestrado em Economia da Unisinos

## Informalidade diminui, mas ainda é grande

(% dos trabalhadores no mercado formal e informal no Brasil)

